



Discurso & Sociedad

Copyright © 2020
ISSN 1887-4606
Vol. 14(3) 522-545
www.dissoc.org

Artículo

O problema da laicidade na *doxa* do discurso conservador: O caso do impeachment de Dilma Rousseff

The problem of secularism in the doxa of conservative discourse: The case of the impeachment of Dilma Rousseff

Frederico Rios C. dos Santos
Universidade de São Paulo

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo verificar o emprego de aspectos dóxicos no discurso conservador, especificamente no que diz respeito ao problema da laicidade, um princípio político de rejeição de elementos religiosos na esfera pública do Estado. Servindo-se do corpus representado pela votação do impeachment de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, pergunta-se se a introdução no discurso de uma cena religiosa é acompanhada, por atração isotópica, de outros elementos afeitos ao discurso conservador, como a menção aos valores da família tradicional, da ordem, e concernentes a um segregacionismo de cunho chauvinista (sobretudo regional), segundo os parâmetros de Bobbio (2011) e Charaudeau (2016). A pesquisa apontou para o fato de que a maioria dos votantes que apresentaram um discurso conservador imbuído de referências religiosas, de fato, empregaram estratégias retóricas próprias da direita política conservadora, que votou massivamente pela saída da ex-presidente.

Palavras-chave: Discurso, sociedade, retórica, parlamento, *impeachment*.

Abstract

This paper aims to verify the use of doxic aspects in conservative discourse, specifically regarding the problem of secularism, a political principle of rejection of religious elements in the public sphere of the State. Using the corpus represented by Dilma Rousseff's impeachment vote in the Chamber of Deputies, one wonders if the introduction into the discourse of a religious scene is accompanied, in a isotopic attraction, by other elements of conservative discourse, such as mentioning the values of the traditional family, of order, and concerning chauvinist segregationism (especially regional), according to Bobbio's (2011) and Charaudeau's (2016) parameters. The research showed that the majority of voters who presented a conservative speech imbued with religious references, in fact, employed rhetorical strategies typical of the conservative political right, which voted massively for the former president's departure.

Keywords: Discourse, society, rhetoric, parliament, *impeachment*.

Introdução

A palavra *doxa* tem origem etimológica no grego antigo, sugerindo tratar-se de opiniões comuns que circulam na sociedade, representações majoritárias que se espalham, conformando os saberes coletivos e os pré-construídos culturais (Plantin, 2018).

O artigo tem como objetivo verificar o emprego dessas opiniões comuns e de valores ligados ao princípio da laicidade, caro nas sociedades democráticas, no interior do discurso conservador. Para isso, lança-se mão do *corpus* representado pelos discursos do *impeachment* de Dilma Rousseff, quando da votação de admissibilidade do rito na Câmara dos Deputados.

Assim, em um primeiro tópico, é dado destaque à problematização do conceito de “*doxa*”, especificamente no que diz respeito ao discurso conservador, com o auxílio de cientistas da linguagem como Amossy (2018), Grácio (2010), Plantin (2018) e Charaudeau (2016), assim como do filósofo político Bobbio (2011).

Na seção seguinte, faz-se uma análise quantitativa e outra qualitativa dos 511 pronunciamentos do *impeachment* na Câmara dos Deputados. O objetivo da análise quantitativa é o de obter uma visão panorâmica do *corpus*, para procurar descrevê-lo com propriedade e servir como balizamento para as análises qualitativas (de cunho crítico, o cerne do trabalho) que se seguem.

Para a análise quantitativa, procurou-se, em um primeiro momento, categorizar os discursos de acordo, por exemplo, com a decisão (se “sim” ou “não” ao *impeachment*); com a referência ou não à palavra “Deus” ou à própria religião (ou qualquer outro elemento que introduza um discurso religioso; com a citação ou não à própria família, da própria região eleitoral, entre outras constantes consideradas por Charaudeau (2016) e Bobbio (2011) como próprias do discurso político conservador. Isso para verificar se o uso de um discurso com referências religiosas é acompanhado de outros elementos próprios do discurso conservador por atração isotópica (do grego *isos*, “igual”, “semelhante”, e *topos*, “plano”), isto é, atraindo outros aspectos comuns ao conservadorismo, segundo os autores em questão.

Em seguida, como não há possibilidade de se analisarem os 511 pronunciamentos no artigo, são selecionados discursos representativos de cada uma dessas constantes quantitativamente observadas, para, à luz de referenciais teórico-metodológicos propostos pelos autores mencionados, entre outros (discriminados quando das análises) proceder-se à crítica dos discursos.

Os aspectos dóxicos do discurso conservador

A conceituação do termo “*doxa*” é controversa. De acordo com o *Dicionário de Argumentação* de Plantin (2018), a palavra tem a origem etimológica no grego antigo, significando “reputação, opinião ou o que é dito das pessoas ou coisas”. São as representações majoritárias que se difundem na sociedade (Plantin, 2018).

A palavra pode assumir uma valência negativa, remetendo à ideia de clichê, estereótipo, lugar comum, ideologia ou dogma (Amossy, *apud* Plantin, 2018). Essa é a visão de Rui Grácio:

[...] a inserção numa cultura leva-nos a pensar «culturalmente» e submete-nos às crenças e às descrenças estabelecidas, às confianças e às desconfianças que são a regra e, nesse sentido, tornam o discurso que se apresenta como próprio numa fala ventríloqua que se limita, ou pouco mais faz, do que articular tipos, estereótipos e clichés (Grácio, 2010:36).

No interior de uma Análise do Discurso que não se quer normativa, mas que busca compreender os modos de funcionamento do discurso na sociedade, a carga pejorativa de termos como “clichê” e “estereótipo” perde a sua razão de ser. Isso porque, partindo-se do pressuposto de que é da constituição da linguagem a remissão a um regime de crenças, então não faria sentido o analista elaborar juízos de valor acerca dos aspectos dóxicos que encontra nos discursos. Nas palavras de Amossy,

[...] é preciso conceber o estereótipo como um elemento dóxico obrigatório sem o qual não somente nenhuma operação de categorização ou de generalização seria possível, mas também nenhuma construção de identidade e nenhuma relação com o outro poderia ser elaborada. Como todo elemento dóxico, o estereótipo tem um papel importante na argumentação (Amossy, 2018:131).

É por isso que Charaudeau busca se desvincular do ranço negativo das palavras estereótipos, clichês, lugares comuns etc. para adotar um termo mais neutro denominado “imaginários sociodiscursivos”. De acordo com o linguista francês:

É a presença dessa suspeita [negativa] que torna difícil a recuperação da noção de estereótipo para tomá-lo como conceito. Em primeiro lugar, porque essa noção é dependente do julgamento de um sujeito, e porque esse julgamento, sendo

negativo, oculta a possibilidade de que tudo que é dito guarda consigo uma parte de verdade [...]. É preciso conceder ao estereótipo a possibilidade de dizer ao mesmo tempo o falso e o verdadeiro. Todo dizer sobre o outro é, ao mesmo tempo, um dizer sobre si mesmo [...] (Charaudeau, 2007:1, tradução nossa¹).

Nessa perspectiva, o que se denomina por estereótipo pode apresentar uma visão reducionista ou distorcida da realidade, mas, ao mesmo tempo, uma visão de mundo de um enunciador que é típica de uma dada sociedade. Trata-se de uma visão que é real, no sentido de que está aí, circulando, e que proporciona reações. De acordo com Amossy,

A análise da argumentação no discurso a concebe como enraizada em uma *doxa* que atravessa inconscientemente o sujeito falante, que a ignora porque está profundamente imerso nessa argumentação. Se a argumentação implica uma intencionalidade e uma programação, estas se revelam tributárias de um conjunto dóxico que condiciona o locutor, do qual ele está, muito frequentemente, longe de ter clara consciência. [...]. O locutor, que se engaja em uma troca para pôr em evidência o seu ponto de vista, está tomado por um espaço dóxico que determina a situação de discurso em que ele argumenta, modelando a sua palavra até o centro de sua intencionalidade e de seu planejamento (Amossy, 2018:112-113).

Em contexto de guerra cultural, aquele do confronto entre as matrizes ideológicas do discurso político (SANTOS, 2019), alguns aspectos dóxicos (expressão geral para tratar de diversas manifestações dóxicas) mobilizados são os concernentes aos embates entre uma esquerda progressista e uma direita conservadora. Para Bobbio (2011) e Charaudeau (2016), existiriam constantes universais que caracterizariam os valores dos dois polos da polêmica, a despeito de idiosincrasias apresentadas no espaço e no tempo.

Apesar de o conceito de *doxa* não corresponder necessariamente ao de valor, uma análise daquela precisa passar por este. Por exemplo, é difícil falar em opiniões comuns como “lugar de mulher é na cozinha”, ou “mulher não é dona do próprio corpo, por isso toda forma de aborto deve ser criminalizada”, sem passar pelo valor do patriarcado ou da família tradicional.

De acordo com Bobbio (2011), o valor mais compartilhado no polo da esquerda progressista da guerra cultural é o do *igualitarismo*. Assim, a *doxa* de que é preciso uma intervenção estatal para a promoção da igualdade entre os indivíduos é onipresente nesse cenário. Do outro lado da polêmica, da direita conservadora, o valor que se sobrepõe aos demais é o do *mérito*, seja ele econômico, de nascença, ou de pertencer a uma maioria, o que acaba por justificar algumas posições comuns que defendem a permanência de desigualdades (Bobbio, 2011).

Charaudeau (2016) possui uma visão semelhante. Para o autor, existiria um sistema de crenças que ele chama de “matrizes ideológicas”. A matriz ideológica de direita estrutura-se na crença segundo a qual a natureza se impõe sobre os homens, daí porque a desigualdade pode ser legitimada por ser consubstancial à natureza humana. O corolário desse regime de verdade é que determinadas relações de dominação seriam perfeitamente justificáveis (Charaudeau, 2016).

Esse posicionamento, para Charaudeau (2016), possibilita a defesa de outros valores como o da família, na figura do patriarcado, uma ordem legitimamente hierárquica; o valor do trabalho, pensado como atividade vertical entre superiores (empresários) e inferiores (empregados); e o valor da nação, que comumente é usado para justificar a insurgência contra qualquer suspeito de invasão (Charaudeau, 2016).

Esses valores da matriz ideológica de direita tenderiam, para Charaudeau (2016): i) ao conservadorismo, para que as estruturas hierárquicas na sociedade e na família se mantenham; ii) ao segregacionismo, dividindo visões de mundo; iii) ao autoritarismo, para que não haja ameaça ao *status quo*; iv) e ao patriarcado, no intuito de se manter um sistema de instrução familiar que conserve o “mérito natural” dos sujeitos (Charaudeau, 2016).

Em contrapartida, a matriz ideológica de esquerda toma como princípio a possibilidade de o homem ser capaz de dominar a natureza, o que o estimula a desconstruir desigualdades impostas pelo meio rumo a uma sociedade mais igualitária. Nesse regime de verdade, encontram guarita os discursos que busquem a supressão de privilégios e da discriminação, a solidariedade social e o da laicidade. Daí porque a defesa de uma democracia plural, laica e inclusiva se faz uma constante nesse espectro ideológico (Charaudeau, 2016).

No tópico seguinte, serão analisados esses regimes de crenças da guerra cultural nos discursos do *impeachment* de Dilma Rousseff na

Câmara dos Deputados, ressaltando os aspectos dóxicos e valores que se apresentaram de forma mais significativa, no que diz respeito, especificamente, ao princípio da laicidade, segundo o qual a política deve se desvincular da ordem do sagrado, exatamente para possibilitar, no âmbito privado, a manifestação livre das mais diversas crenças religiosas. Como mencionado *supra*, o objetivo é mostrar como os deputados, por atração isotópica, ao trazerem elementos do discurso religioso, em geral tenderam a abordar outros temas caros ao discurso conservador.

Deus no céu e meu voto na terra

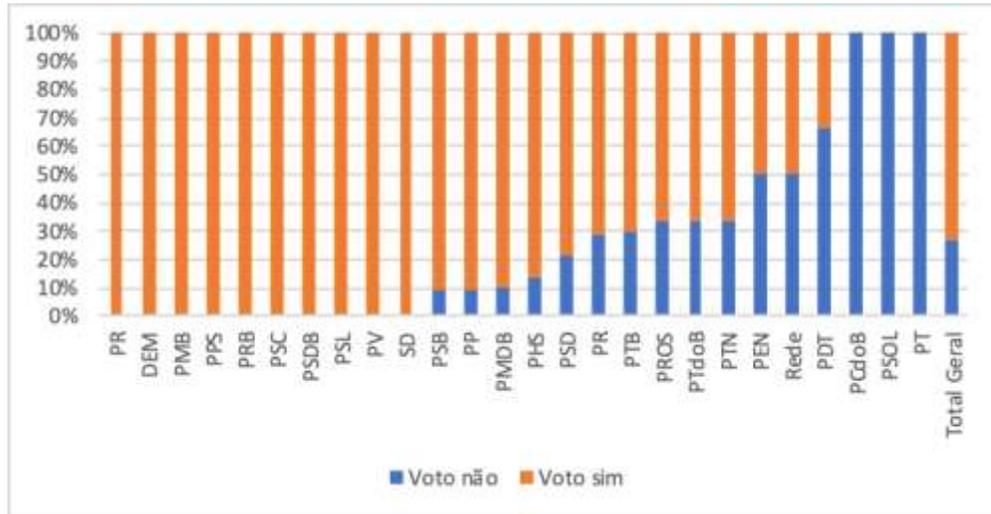
A crença de que, em um Estado Democrático de Direito, a coisa pública deve ser tratada separadamente de questões religiosas é cara a uma *doxa* de esquerda progressista, como se viu acima (Charaudeau, 2016). Conceito que deita raízes na Revolução Francesa (SANTOS, 2019), a laicidade se tornou uma bandeira própria desse campo da batalha cultural. É que, por a matriz ideológica de esquerda ser predominantemente pautada pela desconstrução de dogmas tidos por naturais que legitimem desigualdades, a mistura da religião com o Estado pode ser vista como uma tentativa de institucionalizar o conservadorismo na esfera pública.

Com efeito, é de se esperar, no *impeachment* de Dilma Rousseff, que deputados que compõem partidos da esquerda progressista façam menos evocação a elementos religiosos em seu voto, por o assunto dizer respeito a um tema eminentemente secular, o suposto crime de responsabilidade da ex-presidente da República, mais especificamente, as chamadas pedaladas fiscais² e a obtenção de créditos não autorizados³.

De fato, essa foi realmente a tônica: integrantes de partidos mais à direita no espectro político tenderam a citar mais Deus em suas votações do que os de partidos da esquerda. Ao citarem Deus, ou ao introduzirem qualquer outro elemento religioso, esses mesmos votantes tenderam também a apresentar, por atração isotópica, outros aspectos e/ou temáticas do discurso conservador.

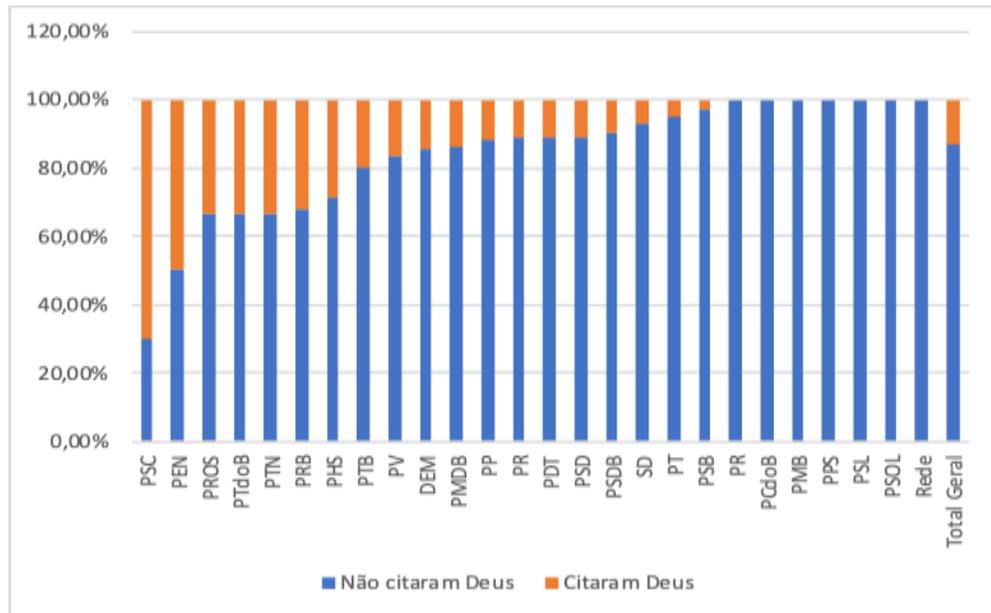
Os gráficos abaixo, provenientes de dados coletados por nós e tratados no programa *Excel*, a partir da análise dos 511 pronunciamentos na Câmara dos Deputados, quando da votação sobre a admissibilidade do rito do *impeachment*, dão a dimensão da diferença entre votos “sim” e “não”, lembrando que os partidos que votaram majoritariamente “não” corresponderam aos partidos mais à esquerda⁴.

Gráfico 1 - Votação por partido



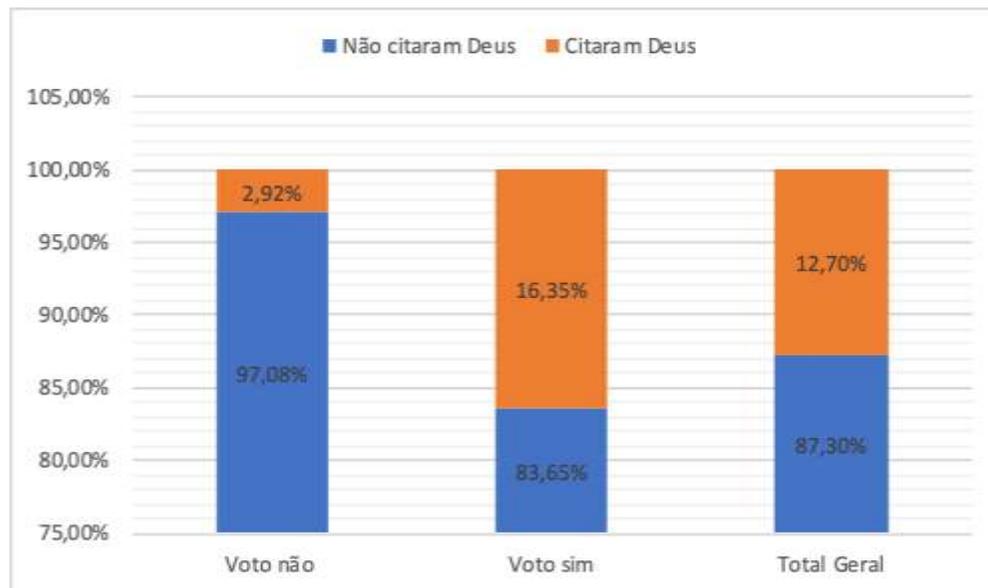
Fonte: elaboração do autor.

Gráfico 2 - Menção a Deus por partido



Fonte: elaboração do autor.

Gráfico 3 - Menção a Deus por voto



Fonte: elaboração do autor.

Pelo gráfico 1, é possível ver que partidos à esquerda na guerra cultural como o PT (obviamente, por ser o da presidente Dilma Rousseff), o PSOL, o PDT e o PCdoB foram os que mais se opuseram ao *impeachment*.

Pelo gráfico 2, percebe-se que esses mesmos partidos foram os que menos citaram Deus. Uma exceção seria o PSL, um partido de extrema-direita que, à época do *impeachment*, antes da era de Bolsonaro, um de seus integrantes, não possuía expressividade, contando com poucas cadeiras no Parlamento.

O gráfico 3, por sua vez, mostra a relação entre votar “sim” ou “não” ao *impeachment* e citar Deus ou algum outro elemento religioso. Como esperado, os progressistas de esquerda, isto é, os que tenderam a votar “não”, foram os que menos fizeram uso de um discurso religioso.

Um voto, dentre os 511 deputados, que se pode dizer fora da curva foi o de Givaldo Carimbão (PHS-AL). Apesar de introduzir elementos religiosos e conservadores no seu discurso, votou “não” ao *impeachment*:

O PHS é um partido que mostra plenamente a sua democracia. Quando migrei para o PHS, ao sair do PROS, eu tinha, é claro, as minhas convicções, mas o partido, por unanimidade, assumiu posição intransigente contra o aborto, contra a eutanásia, contra o infanticídio, contra a ideologia de gênero. O partido e os Srs. Deputados fecham questão em torno desses temas que são caros para nós que somos cristãos. Mas o partido também dizia que, em determinadas situações, liberaria a bancada para tomar a posição que melhor entendesse em questões acerca das quais trazíamos compromisso com as bases, como as questões humanitárias [...]. A democracia é boa por isso. Imaginem que eu sou Líder de um partido composto por 7 Deputados, dos quais 6 votarão a favor do *impeachment*. O partido disse: “Não podemos deixar o Deputado Givaldo Carimbão em situação difícil.” Eles sabem da minha história, do meu passado e do meu compromisso. Todos me liberaram para votar, e votarei contra o *impeachment* [...]. Que Deus possa abençoar e iluminar a mente de cada um! (Ata, 2016, p. 82-83).

Em seu proferimento, Carimbão deixa claro quais são as agendas nitidamente conservadoras de seu partido, caras para ele e para os demais integrantes (“temas que são caros para nós”), como oposição genérica ao aborto, contra a eutanásia, contra o infanticídio, contra a “ideologia de gênero”.

Curioso notar sua oposição contra o infanticídio, como se alguém em sã consciência, sob pena de apologia ao crime, pudesse publicamente se manifestar em favor dessa causa. Analogamente, seria o mesmo que protestar contra o homicídio, contra a corrupção etc., sem especificar criticamente do que se trata. Nesse caso, sua oposição ao infanticídio se refere à oposição ao aborto, sem igualmente discriminar em quais circunstâncias, uma pauta classicamente conservadora e contrária às reivindicações feministas de autonomia do corpo da mulher.

Basta retroceder, por exemplo, à década de 1980, nos Estados Unidos, com o fortalecimento político dos neoconservadores, que pregavam um estado mínimo na economia e um estado máximo em relação aos costumes. Esse também foi o caso, na década de 1990 daquele país, dos dizeres do político conservador Buchanan, que, para alguns teóricos, como Dejean (1989), teria sido um dos precursores do uso do termo “guerra cultural”. O político estadunidense costumava dizer que, se

fosse preciso executar alguém por causa de um estupro, que fosse o criminoso e não a criança ao nascer.

Ainda sobre o pronunciamento do deputado Carimbão, vale ressaltar um termo empregado, “ideologia de gênero”, que também possui nítida rastreabilidade em uma memória discursiva conservadora. A expressão foi cunhada pela Igreja Católica durante o papado de Bento XVI, em oposição a resoluções da Conferência Mundial de Beijing sobre a Mulher, em 1995. No contexto, houve orientação para substituição da palavra “mulher” por “gênero” nos documentos da ONU. O argumento era de que o problema da desigualdade entre homens e mulheres era uma questão estrutural, só podendo ser encarada de um ponto de vista “integral de gênero” (Menezes, 2019).

No *Documento de Aparecida*⁵, resultado da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, de 2007, alega-se que a referida “ideologia de gênero” não consideraria as diferenças dadas pela natureza humana, provocando “modificações legais que ferem gravemente a dignidade do matrimônio, o respeito à vida e a identidade da família” (*apud* Menezes, 2019: § 3).

O termo aparece igualmente no livro do argentino Jorge Scala, *La ideologia de Género*, de 2010, em que o autor defende que tal ideologia se constitui em um instrumento político da esquerda internacional para impor uma nova antropologia, uma espécie de complô para esfacelar os valores tradicionais (Campana, 2017).

No interior de movimentos sociais conservadores, em geral, a expressão “ideologia de gênero” tem sido usada de forma pejorativa para se contrapor aos debates propostos pelo feminismo e pelos movimentos LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, *Queer*, Intersexo, Assexuais e outras possibilidades).

O conceito não se relaciona aos de “estudos de gênero” e “teoria de gênero”, campos de pesquisa acadêmica sobre problemas relacionados ao gênero e à sexualidade, com origem nos Estados Unidos, na década de 1970, através dos *Gender Studies* (Menezes, 2019).

Essa mesma interpretação conservadora do termo “ideologia de gênero” também não encontra respaldo no que a ONU propõe como “debates de gênero”, concebidos para a promoção de igualdades no mercado de trabalho e de nível salarial entre os diferentes gêneros. De acordo com a definição da Unesco, um organismo da ONU, identidade de gêneros seria

[...] a experiência interna e individual profunda do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal de corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos e outros) (UNESCO:119⁶).

No Brasil, na medida em que o feminismo e a comunidade LGBTQIA+ vêm conquistando direitos, a expressão “ideologia de gênero” vem ganhando força entre setores religiosos e de direita. Exemplos desses direitos são a Lei Maria da Penha (n.º 11.340/2006), a Lei do feminicídio (n.º 13.104/2015) e a resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) n.º 175 de 2013 (por decorrência do julgamento do STF, em 2011, que reconheceu a união estável homoafetiva), obrigando cartórios a não se oporem ao registro de casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Um episódio emblemático se deu quando Dilma Rousseff foi obrigada a vetar o projeto *Escola Sem Homofobia*, dadas as pressões de bancadas religiosas no Parlamento.

Outro período de reação aconteceu durante a campanha das eleições presidenciais que levaram Jair Bolsonaro ao poder. O *Movimento Escola Sem Partido* (MESP) se apropriou do sentido negativo do termo “ideologia de gênero” para pressionar professores contra uma suposta doutrinação nas escolas. Instâncias internacionais como Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU rejeitaram de pronto as propostas do MESP, pois estas dariam ensejo ao cometimento de arbitrariedades contra os profissionais da Educação e cerceariam a liberdade de expressão e o direito a uma educação plural formada por vários pontos de vista que circulam na sociedade (Haut-Commissariat, 2017).

De acordo com a doutora em Educação Maria América Ungaretti, representante no Brasil da Rede ECPAT (sigla em inglês que significa “Fim da Prostituição Infantil e Tráfico de Crianças”), não há evidência de que a educação sexual nas escolas possa aumentar a atividade sexual dos estudantes, mas, ao contrário, pode contribuir para adiá-la. Além do mais, a especialista afirma que o debate sobre sexualidade pode prevenir abusos sexuais, muitas vezes provenientes da própria família do adolescente (Nitahara, 2017).

Um outro voto fora da curva na Câmara dos Deputados durante o *impeachment* de Dilma Rousseff foi o de Flávia Moraes, do PDT de Goiás. No caso, trata-se de uma integrante de um partido considerado

progressista, mas que, além de ter votado em favor do *impeachment*, o que contraria a tendência geral, como mostrado no gráfico 1, ainda lançou mão de um discurso considerado conservador:

Que Deus abençoe o nosso País neste momento tão difícil. Com todo o respeito ao posicionamento do meu partido, mas atendendo ao apelo do povo de Goiás, do povo de Trindade, do Brasil, eu voto "sim", Sr. Presidente, pelo *impeachment* (Ata, 2016, p. 165).

De acordo com vários analistas, o PDT é tradicionalmente considerado um partido da esquerda progressista, seja por meio de estudos teóricos de cientistas políticos (Mainwaring, 1999; Rodrigues, 2002), seja por meio de pesquisas de opinião a integrantes do partido e à sociedade (Oro & Mariano, 2010; Zucco Jr., 2009).

O fato de Flávia Moraes ter citado Deus em seu voto não seria, por si só, um indicativo de uma *doxa* conservadora, mas é sintomático que o faça quando se espera uma argumentação crítica da deputada sobre a plausibilidade ou não de existência de crime de responsabilidade por parte de Dilma Rousseff, para que o processo possa ter início no Senado Federal.

Outro indicativo de inscrição em uma memória discursiva conservadora é o fato de ressaltar, em seu voto, seu próprio campo eleitoral, tratando-se de uma questão eminentemente regional. Conforme ressalta Charaudeau (2016), uma das tendências da matriz ideológica de direita é o chauvinismo, que ele chama de valor nação. No caso específico, analogamente, pode-se dizer que o que se cultiva é o valor região, o chauvinismo regional, na mesma lógica de funcionamento discursivo dos nacionalismos, ou seja, na tendência segregacionista de hipervalorizar a identidade do próprio lugar com o qual se identifica. Nas palavras de Charaudeau,

[...] esse posicionamento [conservador] engendra a defesa de certos valores, [como] o valor nação, fundador do corpo social, composto pelos filhos da Nação, constituindo o patrimônio identitário e justificando que possa ser repellido todo inimigo: inimigo interno, se este visa a desagregar o corpo social, ou inimigo externo, se seu objetivo é invadir (Charaudeau, 2016:36, tradução nossa⁷).

Ainda contrariando a tendência geral, além do deputado de direita que adota um discurso conservador para se contrapor ao *impeachment*, e de uma deputada de esquerda que adota um discurso de direita conservadora

para apoiá-lo, há o discurso do deputado de esquerda progressista que, opondo-se ao *impeachment*, adota um discurso híbrido, com algumas referências progressistas, mas introduzindo uma cena religiosa (Maingueneau, 2006). É o caso de Patrus Ananias, do PT de Minas Gerais:

Colegas Deputadas e Deputados, na minha sexagenária caminhada de militante político e social cristão, jamais vi e ouvi tantas afrontas ao segundo, ao quarto e ao sétimo mandamentos da lei de Deus. Quero dizer também, colegas Deputadas e Deputados, que reassumi nesta Casa o mandato que o povo de Minas Gerais me confiou nas urnas, para lutar contra três golpes que as forças mais conservadoras querem impor ao País. Estamos aqui para impedir um golpe, para lutar contra um golpe contra a Presidenta Dilma. Estamos aqui para lutar contra um golpe contra a democracia brasileira. Por último, quero denunciar que a população brasileira vai ser testemunha do golpe contra as políticas sociais. O golpe contra o Bolsa Família. O golpe contra o Minha Casa, Minha Vida. O golpe contra os pobres. Portanto, o nosso voto é “não”. Não, não passarão, não passarão. (Ata, 2016:271-272).

Mais uma vez, o fato de mencionar Deus não é um indicativo, por si só, para enquadrar a fala de Ananias no interior de uma *doxa* da direita conservadora. Entretanto, ao usar do discurso de autoridade dos dez mandamentos da lei de Deus para condenar o processo de *impeachment*, passando ao largo do problema do crime de responsabilidade, o cerne da questão, mostra que sua argumentação se vincula a um debate de sociedades que Danblon (2004) chama de fechadas ou mágicas. A argumentação crítica afeita a uma sociedade aberta de um Estado Democrático de Direito fica em segundo plano, ao, estrategicamente, valer-se da autoridade divina para referendar seu voto.

Esse recurso de Patrus Ananias à autoridade das leis divinas rompe com a isotopia lexical restante de sua argumentação, que clama por justiça social e democracia, lugares por excelência do outro polo da guerra cultural, do discurso de esquerda progressista, talvez como estratégia retórica para se fazer ouvir no campo cultural oposto.

Além dessas exceções, a regra foi a de que aqueles que citaram Deus, em geral, por isotopia, empreenderam um discurso de direita conservadora e votou a favor do *impeachment*. É o caso do proferimento do delegado Waldir do PR de Goiás:

Pátria amada, Pátria amada, seu filho Delegado Waldir não foge à luta. Por ti, Goiânia querida, por ti, Goiás, pelo meu País, por Deus, por minha família, pelas

famílias e pelas pessoas de bem, o meu voto é “sim”. Fora Dilma! Fora Lula! Fora PT! (Ata, 2016:165).

Nessa fala, além da referência a elementos não seculares para justificar seu voto pela plausibilidade de cometimento de crime de responsabilidade por parte de Dilma Rousseff, Waldir apresenta um chauvinismo não só regional, mas também nacional, ao destacar uma frase do hino brasileiro (“verás que um filho teu não foge à luta”), além de citar sua própria família. Para Charaudeau (2016), o valor família também é sintomático de uma matriz ideológica de direita, voltada que é para a manutenção das tradições patriarcais e hierárquicas por meio da instituição familiar:

Esse posicionamento [conservador] engendra a defesa de certos valores [dentre os quais] o valor do grupo familiar, já que não é o indivíduo que fabrica o grupo, mas o grupo que determina o indivíduo, porque este depende de sua filiação, suportando o peso da tradição, o que explica que o grupo familiar se organiza segundo uma ordem piramidal, em cujo ápice se encontra a figura do patriarca, potência tutelar e protetora (Charaudeau, 2016:36, tradução nossa⁸).

Uma outra marca que permite a identificação do pronunciamento de Waldir no campo conservador da Retórica da Guerra Cultural (RGC) é o seu voto dedicado às “pessoas de bem”. Trata-se de uma lógica, além de segregacionista (uma tendência da matriz ideológica de direita, segundo Charaudeau (2016), como se viu), também maniqueísta, própria da RGC. O raciocínio maniqueísta, inerente ao pensamento dogmático, é uma lógica binária que tende a colocar um grupo da batalha cultural no campo do mal em si, do mal ontológico, absoluto, e outro grupo, o do próprio falante, na posição do bem supremo, incorruptível e denunciador das mazelas do mundo. Esse artifício é o que permite ao conservador protestar genericamente contra a corrupção, contra o infanticídio (para se opor ao aborto); é o que o permite bradar o bordão segundo o qual “bandido bom é bandido morto”, aí incluído, às vezes, o adversário político, frequentemente chamado de comunista. É que, de acordo com Angenot,

“toda ideologia privilegia as oposições axiológicas binárias na medida em que ela tende a formar uma luta social binária narrando uma disputa entre dois princípios, um bom e outro mal [...]” (Angenot, 2008:310, tradução nossa⁹).

Amossy (2014), por sua vez, prefere chamar esse maniqueísmo da guerra cultural de dicotomização, o que é diferente da mera polarização. Seria,

para a autora, da natureza do discurso polêmico, de sua constituição apresentar-se polarizado. Entretanto, por uma questão de grau, quando o conflito transcende a divergência particular entre dois indivíduos concretos e se manifesta na oposição entre duas matrizes ideológicas, aí se observa o fenômeno da dicotomização (Amossy, 2014).

É nesse sentido conferido por Amossy que se pode dizer que o voto do delegado Waldir apresenta o aspecto da dicotomização, por se inserir em uma *doxa* conservadora que o coloca em confronto direto com o outro polo da batalha cultural. Trata-se de uma divergência *a priori*, que precede o discurso, apesar de se manifestar nele, um conceito que se relaciona, igualmente, à ideia de “interincompreensão constitutiva” de Maingueneau (1983) e de “diálogo de surdos”, de Angenot (2008).

Um outro proferimento que apresenta uma cena religiosa e que obedece à regra dos votos conservadores que optam pelo *impeachment* é o pronunciamento de Marco Feliciano, do PSC-SP, aderindo àquela mesma dicotomização à qual se refere Amossy (2014):

Com a ajuda de **Deus**, pela minha **família**, pelo povo brasileiro, pelos **evangélicos da Nação** toda, pelos meninos do MBL, pelo *Vem Pra Rua Brasil* — dizendo que o Olavo tem razão, Sr. Presidente, dizendo “tchau” para essa querida e para o PT, **Partido das Trevas** —, eu voto “sim” ao *impeachment*, Sr. Presidente! (Ata, 2016:199).

A dicotomização fica clara na fala de Feliciano quando, “com a ajuda de Deus”, busca extirpar do universo simbólico o PT, o “Partido das Trevas”. Assim, um lado da guerra cultural é representado como os enviados, os legitimados por uma ordem cósmica, divina, suprassensível, contra o mal ontológico, o inferno representado pelo PT.

Nesse jogo de imagens religiosas, Feliciano não vota em benefício do bem comum, segundo ideais republicanos, mas “pelos evangélicos de toda a Nação”. A inscrição de seu discurso em uma *doxa* de direita conservadora se confirma, por atração isotópica, ao exaltar o MBL e o *Vem Pra Rua*, que foram uns dos grandes responsáveis por mobilizar a população em protestos contra Dilma Rousseff em favor do *impeachment*. O MBL, inclusive, foi o maior articulador do boicote social conservador à exposição *Queermuseu: Cartografias da diferença na arte brasileira*, apresentada no Santander Cultural na cidade de Porto Alegre. Tratava-se de uma mostra que abordava questões de gênero e diversidade sexual (Mendonça, 2017).

Além do mais, os chavões “Olavo tem razão” e “Tchau, querida”, no contexto brasileiro, estão carregados da matriz ideológica de direita à qual se refere Charaudeau (2016). Olavo de Carvalho é um astrólogo de direita, opositor ferrenho das esquerdas e mentor do bolsonarismo (Cortázar, 2019). A expressão “Tchau, querida”, por sua vez, é uma apropriação pejorativa da fala de Lula ao telefone com Dilma Rousseff, cuja gravação foi vazada, ilegalmente (Zavascki, *apud* Canes, 2016), em rede nacional, por Sérgio Moro, então juiz da operação da Polícia Federal denominada *Lava-Jato*. Sérgio Moro hoje é ministro da Justiça de Bolsonaro e uma das personalidades mais cultuadas da direita brasileira, encarnando a figura do representante mor da purificação/higienização pública através do combate à corrupção (Força Tarefa, 2016).

Essa tendência de diabolizar o adversário político (“Partido das Trevas”) e de substituir a argumentação crítica por falas coletivas pré-concebidas (“Tchau, querida”; “Olavo tem razão”), justificando-as através do discurso de autoridade, notadamente de uma autoridade sagrada, é próprio daquele padrão de debate público parlamentar das sociedades mágicas a que Danblon (2004) se refere:

Ao invés de se considerarem os princípios em sua legitimidade ou em sua pertinência em relação ao debate, ao invés de os examinar com vistas a criticá-los, reivindicam-se os mesmos na forma de *slogans*, amalgamando suas vozes a de uma coletividade que confere sua autoridade anonimamente [...]. Ao contrário, em uma sociedade aberta, os valores possuem racionalidade porque são criticáveis. E a crítica é forçosamente individual [...]. Um tal exercício tem o mérito de enfatizar que nenhuma afirmação é em si evidente, que toda posição, mesmo a mais aceita, deve ser argumentada. O hábito do banimento conduz muitos de nós a crer que estão do bom lado da história de uma vez por todas. Em uma sociedade aberta, trata-se de uma ilusão perigosa, cuja inocência conduz diretamente ao dogmatismo (Danblon, 2004:39-41, tradução nossa¹⁰).

Nessa mesma lógica, segue o voto, por exemplo, de Cabo Daciolo (PTdoB-RJ):

Glória a Deus! [...]. Vocês podem ser grandes aos olhos do homem, mas, para Deus, vocês são pequeninhos. Em nome do Senhor Jesus, eu profetizo a queda dos senhores a partir de hoje [...]. Chega de corrupção! O meu voto é “sim”. Glória a Deus! “Feliz a nação cujo Deus é o Senhor” (Ata, 2016:223-224).

Em um curto proferimento, são vários os elementos textuais que remetem a uma cena religiosa. Incorporando o *ethos*¹¹ do profeta (“eu profetizo”) –

isto é, a imagem que o orador produz de si no discurso como profeta –, um traço típico do discurso populista, segundo Charaudeau (2016), o deputado se autoproclama representante legítimo de uma palavra maior, referente a um outro plano existencial, portadora da verdade absoluta, definitiva e inquestionável, conferindo-lhe poderes para julgar os demais.

Uma outra característica do discurso conservador de direita apontada por Charaudeau é o autoritarismo:

Esse posicionamento [conservador] engendra a defesa de certos valores [...] que são configurados de forma diversa segundo os países, mas que, em todo caso, caracterizam-se por uma tendência: [...] ao autoritarismo, já que é preciso manter a ordem moral e, portanto, impor obediência (Charaudeau, 2016:36, tradução nossa¹²).

Um exemplo de discurso que citou Deus, demarcando, na guerra cultural, esse aspecto autoritário do discurso conservador de direita foi o pronunciamento do então deputado Jair Bolsonaro, na época pertencente ao PSC do Rio de Janeiro:

Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve. Contra o comunismo [...], pela memória do Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff! Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo, e por Deus acima de todos, o meu voto é "sim"! (Ata, 2016:232-233).

Em seu voto, negligenciando por completo o objeto de discussão do *impeachment*, qual seja, a possibilidade de cometimento de crime de responsabilidade por parte da presidente da República, Jair Bolsonaro demonstra um saudosismo em relação a uma ordem pré-constitucional autoritária em que vigorava um regime de exceção pautado pela supressão de Direitos Individuais e perseguição a opositores políticos, o “regime de 1964”, isto é, a ditadura militar brasileira.

Além de retomar algumas constantes do discurso conservador, como a defesa da família e da “inocência das crianças”, referindo-se à Educação Sexual nas escolas, Bolsonaro, demonstrando o autoritarismo de seu discurso, reverencia o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, um anticomunista convicto (Torturadores, 2012), ex-chefe do DOI-CODI, um dos órgãos atuantes da repressão política durante a ditadura no Brasil. Em 2008, o coronel Ustra foi o primeiro oficial condenado, em primeira instância, na 23.^a Vara Cível de São Paulo, por sequestro e tortura. Trata-

se meramente de uma ação declaratória de natureza cível, que não prevê punição e nem tampouco indenização, já que os militares, pela Lei da Anistia, n.º 6.683/79, não podem ser criminalizados pelos seus atos durante a ditadura militar (Christofoletti, 2008).

Considerações Finais

Uma das conclusões a que se chega, quanto à votação do *impeachment* de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, é que os proferimentos foram atravessados por uma polêmica pública de fundo que concerne aos embates culturais presentes na sociedade brasileira. Dilma Rousseff, quando popular e quando o país não sofria os impactos de uma crise econômica, fazia parte de uma coligação bastante heterogênea, incluindo setores conservadores da sociedade, pertencentes às bancadas da bala, ruralista e religiosas, por exemplo.

No entanto, tendo sua popularidade caído, os impactos da crise econômica se fazendo observar, e as manifestações conservadoras da população aumentando, através do acesso direto ao espaço público pelas redes sociais e das grandes marchas *pró-impeachment*, muitos deputados desembarcaram do governo, dando fim ao chamado “consenso de esquerda”. Assim, os deputados favoráveis à saída da presidente foram, em sua maioria, aqueles que apresentaram marcas de um discurso da matriz ideológica da direita conservadora, de acordo com os critérios de Bobbio (2011) e Charaudeau (2016).

Efetivamente, entre os que votaram a favor do *impeachment*, percebeu-se o recurso predominantemente a aspectos dóxicos e a valores da direita conservadora, como a introdução de uma cena religiosa nos pronunciamentos, seguida, por atração isotópica, de outros lugares afeitos a esse campo ideológico, com a menção aos valores da família tradicional, da ordem, e concernentes a um segregacionismo de cunho chauvinista (sobretudo regional).

Do ponto de vista dos partidos, foram exatamente aqueles classificados como de direita, por meio de estudos em Ciência Política (como os de Oro & Mariano (2010) e de Rodrigues (2002), por exemplo), que encamparam a tese do *impeachment*.

Espera-se que o trabalho possa lançar luzes não só em relação aos estudos sobre o discurso conservador, notadamente no que diz respeito ao problema da laicidade, mas que também possa subsidiar pesquisadores de

diferentes áreas que se debruçam sobre a temática do *impeachment* de Dilma Rousseff.

Notas

¹ Original: C'est la présence de ce soupçon [négatif] qui rend difficile la récupération de la notion de stéréotype pour en faire un concept. D'abord parce que cela signale que cette notion est dépendante du jugement d'un sujet, et que ce jugement en étant négatif occulte la possibilité que ce qui est dit renferme malgré tout une part de vérité [...]. Il faut accorder au stéréotype la possibilité de dire quelque chose de faux et vrai, à la fois. Tout jugement sur l'autre est en même temps révélateur de soi [...].

² Acusação de que o governo teria atrasado, entre janeiro e novembro de 2015, o pagamento para o Banco do Brasil parcelas da ordem de 3,5 bilhões de reais referentes ao Plano Safra, um programa de auxílio para agricultores familiares tomarem empréstimos a juros baixos. Segundo a acusação, o atraso no repasse aos bancos dessa diferença dos juros teria configurado verdadeira operação de crédito, o que é proibido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Não pagar, assim, significaria, de fato, tomar emprestado, pois esse atraso constituiria maquiagem das contas públicas, apresentando uma situação econômica falsa do país a investidores. O artigo 11, item 3, da Lei do *Impeachment* (Lei 1.079) dispõe que é vedado “contrair empréstimo, emitir moeda corrente ou apólices, ou efetuar operação de crédito sem autorização legal”.

³ Segundo a acusação, os decretos teriam impactado a meta fiscal primária de 2015, o que contrariaria o artigo 4 da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2015. Para a sua edição, seria necessária a aprovação do Congresso, como dispõe o artigo 167, V, da Constituição Federal. Afirmou-se também que tais decretos teriam sido editados quando já se sabia que a meta fiscal não seria atingida, uma vez que o governo tinha até pedido revisão da mesma. Por Dilma Rousseff ter tido conhecimento e autorizado tais decretos, ela seria responsável por eles. A acusação acrescentou o fato de o Tribunal de Contas da União ter considerado a prática irregular. Assim, em um ano de crise econômica, o governo deveria ter promovido cortes no Orçamento, e não gastos. Tal prática teria ido de encontro ao artigo 10, item 4, da Lei do *Impeachment*, que dispõe que é crime de responsabilidade “infringir, patentemente, e de qualquer modo, dispositivo da lei orçamentária”; bem como o art. 11, da mesma lei, segundo o qual é crime contra a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos “abrir crédito sem fundamento em lei ou sem as formalidades legais”.

⁴ Para mais detalhes sobre estudos que versem sobre a classificação dos partidos brasileiros no espectro ideológico do discurso político, vide Chacon (1985), Madeira & Tarouco (2013), Mainwaring (1999), Oro & Mariano (2010), Quadros (2015), Rodrigues (1987, 2002) e Zucco Jr. (2009). Tais estudos levam em consideração fatores como: i) autodescrição dos partidos; ii) percepção dos partidos em relação aos outros partidos; iii) percepção da população, lançando mão de critérios de definição de “esquerda” e “direita” parecidos com os valores e opiniões comuns expostos acima, com Bobbio e Charaudeau. No espectro ideológico, existem partidos que estão mais ou menos próximos à esquerda ou à direita. É de se notar que essas pesquisas consideram apenas os partidos de maior representação, e não os partidos pequenos, que tendem a ser pragmáticos para a manutenção de seus quadros no Congresso. Quando se diz que um partido tendeu a votar “sim”, isso não significa que 100% de seus deputados votaram “sim”. No caso do PMDB, como se percebe no gráfico 1, a maioria dos votos foi pela saída de Dilma.

Sendo um dos maiores partidos, o PMDB possui certa heterogeneidade, com uma posição entre a direita e o centro, o que não impediu que, durante a sessão de *impeachment* aqui analisada, a maioria tenha empreendido um discurso conservador mais relacionado à direita. Um outro exemplo é o PDT, tradicionalmente considerado de esquerda, mas com uma taxa de 33,3% de voto “sim”, ou seja, a favor do *impeachment*, conforme o gráfico 1.

⁵ Disponível em: < <http://bit.ly/3acdF09> >. Acesso em: 02 de out. 2019.

⁶ Disponível em: < <http://bit.ly/30pEEB3> >. Acesso em 02 de out. 2019.

⁷ Original: [...] ce positionnement [conservateur] engendre la défense de certaines valeurs [comme] la valeur Nation, fondatrice du corps social-peuplé composé des enfants de la Nation, constituant le patrimoine identitaire, et justifiant que puisse être repoussé tout ennemi, ennemi intérieur s’il cherche à désagréger le corps social, ennemi extérieur s’il cherche à l’envahir.

⁸ Original: Ce positionnement [conservateur] engendre la défense de certaines valeurs : la valeur du groupe famille puisque ce n’est pas l’individu qui fabrique le groupe mais le groupe qui détermine l’individu, car celui-ci dépend de sa filiation supportant ainsi le poids de la tradition, ce qui explique que le groupe famille s’organise selon un ordre pyramidal au sommet duquel se trouve la figure du patriarce, puissance tutélaire et protectrice.

⁹ Original: Toute idéologie privilégie les oppositions et axiologies binaires dans la mesure où elle tend à former une *sociomachie*, dans la mesure où elle narre la lutte entre deux principes, un bon et un mauvais.

¹⁰ Original: Au lieu de considérer les principes dans leur légitimité ou dans leur pertinence par rapport au débat, au lieu de les examiner en vue de les critiquer, on les clame comme des slogans, on joint sa voix à la voix d’une collectivité qui puise son autorité de son caractère anonyme [...]. À l’inverse, dans une société ouverte, les valeurs tirent leur rationalité du fait même qu’elles sont critiquables. Or la critique est forcément individuelle [...]. Un tel exercice aurait le mérite de souligner qu’aucune affirmation n’est en soi évidente, que toute position, même parmi les plus partagées, doit s’argumenter. L’habitude de bannissement conduit bon nombre d’entre nous à croire qu’ils sont du bon côté une fois pour toutes. Dans une société ouverte, il s’agit d’une illusion dangereuse dont la naïveté conduit directement au dogmatisme.

¹¹ As análises do *ethos* são aquelas que “residem no caráter moral do orador, dando a impressão de que ele merece credibilidade” (AMOSSY, 2006, p. 82). De acordo com Maingueneau, “a prova pelo *ethos* consiste em causar boa impressão pela forma como se constrói o discurso, em dar uma imagem de si capaz de convencer o auditório ganhando sua confiança” (MAINGUENEAU, 2006, p. 53). Para Donot & Emediato (2015), a noção de *ethos* transcende a noção de prova capaz de suscitar a confiança do auditório, uma vez que mostra igualmente um conjunto de valores mobilizados na sociedade.

¹² Original: Ce positionnement [conservateur] engendre la défense de certaines valeurs [...], diversement configuré selon les pays, mais qui dans tous les cas se caractérise par une tendance: [...] à l’autoritarisme, puisqu’il faut maintenir l’ordre moral et donc imposer obéissance.

Referências

Amossy, R. (2018). *A Argumentação no discurso*. São Paulo: Contexto.

Amossy, R. (2014). *Apologie de la polémique*. Paris: Presses Universitaires de France, 2014.

- Angenot, M. (2008).** *Dialogues de sourds: traité de rhétorique antilogique*. Paris: Mille et une nuits.
- Bobbio, N. (2011).** *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora Unesp.
- Campana, M. e Miskolci, R. (2017).** « Ideologia de gênero »: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado*. Vol. 32, n. 3, set./dez.
- Canes, M. & Richard, I. (2016).** “Teori critica Ministério Público e ‘espetacularização’ em denúncia contra Lula”. *Agência Brasil*. 04 de out. Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-10/teori-critica-ministerio-publico-e-espetacularizacao-em-denuncia-contr> >. Acesso em: 15 de nov. 2019.
- Charaudeau, P. (2016).** “Du discours politique au discours populiste. Le populisme est-il de droite ou de gauche?” *In: Corcuera, F. et al (org.). Les discours politiques. Regards croisés*. Paris: L’Harmattan, p.32-43.
- Charaudeau, P. (2007).** “Les stéréotypes, c’est bien. Les imaginaires, c’est mieux”. *In: BOYER, H. (dir.). Stéréotypage, stéréotypes: fonctionnements ordinaires et mises en scène*. Paris: L’Harmattan.
- Christofolletti, L. (2008).** “Juiz condena Ustra por sequestro e tortura”. *Folha de S. Paulo*. 10 de out. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1010200834.htm> >. Acesso em: 03 de out. 2019.
- Cortázar, N. G. (2019).** “Olavo de Carvalho, o onipresente oráculo do bolsonarismo”. *El País*. 13 de abr. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/14/politica/1555201232_670246.html >. Acesso em: 21 de ago. 2019.
- Danblon, E. (2004).** *Argumenter en démocratie*. Bruxelles: Éditions Labor.
- Dejean, J. (1989).** *Ancient against moderns. Culture Wars and the Making of a Fin de Siècle*. Chicago: University of Chicago Press.
- Donot, M. e Emediato, W. (2015).** La construction de la figure des leaders: ethos, identité et charisme en perspective comparé. *Revue française des sciences de l’information et de la communication*, n. 7. Disponível em: < <https://journals.openedition.org/rfsic/1588?lang=en> >. Acesso em: 18 de nov. 2019.
- Gracio, R. (2010).** *Para uma teoria geral da argumentação: questões teóricas e aplicações didáticas*. 2010. 446f. Tese (Doutorado) – Universidade do Minho. Instituto de Ciências Sociais. Braga.

- Maingueneau, D. (2006).** *Cenas de Enunciação*. Curitiba: Criar, 2006.
- Maingueneau, D. (1983).** *Sémantique de la polémique: discours religieux et ruptures idéologiques au XVII siècle*. Lausanne: l'Âge d'Homme.
- Mainwaring, S. (1999).** *Rethinking party systems in the third wave of democratization: The Case of Brazil*. Stanford: Stanford University Press.
- Mendonça, H. (2017).** Queermuseu: o dia em que a intolerância pegou uma exposição para Cristo. *El País*. 13 de set. Disponível em : < https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/11/politica/1505164425_555164.html >. Acesso em: 17 de nov. 2019.
- Menezes, L. F. (2019).** Desenhemos fatos sobre a 'ideologia de gênero'. *Aos Fatos*. 06 de set. Disponível em : < <https://aosfatos.org/noticias/desenhemos-fatos-sobre-ideologia-de-genero/> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.
- MPF.** Ata da 91ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Vespertina, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 17 de abril de 2016. Sessão: 091.2.55.0. Departamento de taquigrafia, revisão e redação. *Câmara dos Deputados*. Brasil.
- MPF.** Força Tarefa Lava-Jato recebe prêmio da Ajufe. *MPF*. 02 de jun. 2016. Disponível em: < <http://www.mpf.mp.br/pr/sala-de-imprensa/noticias-pr/forca-tarefa-lava-jato-recebe-premio-da-ajufe> >. Acesso em: 16 de nov. 2019.
- Nitahara, A. (2017).** Educação sobre sexualidade e gênero previne violência sexual, diz especialista. *Agência Brasil*. Disponível em : < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-05/educacao-sobre-sexualidade-e-genero-previne-violencia-sexual-diz> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.
- ONU.** Haut-Commissariat aux droits de l'homme. *United Nations*. 13 de abr. 2017. Disponível em: < https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Opinion/Legislation/OLBrazil_education.pdf >. Acesso em: 17 de nov. 2019.
- Oro, A & Mariano, R. (2010).** Eleições 2010: religião e política no Rio Grande do Sul. *Debates do NER*. Porto Alegre, ano 10, n. 16, p. 9-34.
- Plantin, C. (2018).** *Dictionary of argumentation: an introduction to argumentation studies*. Milton Keynes: Lightning source.
- Rodrigues, L. M. (2002).** Partidos, ideologia e composição social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 48, v. 17, p. 31-47.

- Rodrigues, L. M. (1987).** *Quem é quem na Constituinte: uma análise sócio-política dos partidos e deputados.* São Paulo: Oesp-Maltese.
- Santos, F. R. C. D. (2019).** *A Retórica da Guerra Cultural no Parlamento brasileiro: a argumentação no impeachment de Dilma Rousseff.* 2019. 315f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Linguística. Belo Horizonte, 2019.
- Sem Autoria.** Torturadores acuados ameaçam jovens do 'escracho'. *Conversa Afiada.* 06 de abr. 2012. Disponível em: <<https://www.conversaafiada.com.br/brasil/2012/04/06/torturadores-acuados-ameacam-jovens-do-escracho/>>. Acesso em: 18 de nov. 2019.
- Zucco Jr., C. (2009).** Ideology or what? Legislative behavior in multiparty presidentialist settings. *Journal of Politics*, Arizona, v. 71, n. 3, p. 1076-1092.

Nota biográfica



Frederico Rios C. dos Santos é doutor em Linguística do Texto e do Discurso (UFMG). Já realizou estágios de pesquisa na Sorbonne (com bolsa Capes) e na Sciences Po Paris. É membro da Associação Latino-Americana de Retórica, da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso, entre outras. Atua como pesquisador no Grupo Retórica e Argumentação, da UFMG, e no Núcleo de Estudos em Análise Crítica do Discurso, da USP. Atualmente, debruça-se sobre discursos políticos e midiáticos, especialmente em temas ligados a identidade, retórica das guerras culturais e do choque de civilizações. É autor do livro "Cinema, Discurso e Relações Internacionais: perspectivas teóricas e princípios de análise".

E-mail: fredericodesantos@gmail.com